

Sarney diz que vai conter manifestações no Congresso

Medidas serão adotadas para assegurar funcionamento em liberdade. Parlamentares lamentam incidente em que manifestantes forçaram a entrada da Câmara dos Deputados



Sarney entrega ao presidente da CCJ, Iris Rezende, a emenda das telecomunicações

Emenda das telecomunicações já está tramitando

A proposta de emenda constitucional que possibilita à União conceder ou permitir que empresas privadas explorem serviços de telecomunicações foi lida na manhã de ontem em Plenário, e imediatamente encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que emitirá parecer sobre a matéria. O relator será o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

A Comissão de Justiça terá 30 dias para emitir parecer sobre a matéria. Cinco dias depois da publicação do parecer no *Diário do Congresso Nacional*, a proposta será incluída na Ordem do Dia, para votação em Plenário. Será aprovada se receber o voto favorável de três quintos dos 81 senadores, em dois turnos de votação.

Comissão de Justiça aprova emenda do gás

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem, sem alterações, por 18 votos a 3, a proposta de emenda constitucional que permite a empresas privadas a exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, por concessão estadual. A proposta depende agora da votação no Plenário, em dois turnos. Para ser aprovada, a matéria terá de obter três quintos dos votos dos senado-

res.

Na mesma reunião, Ramez Tebet (PMDB-MS) fez a leitura do seu parecer favorável à emenda que altera o conceito de empresa nacional.

Hoje, será lido o parecer sobre a proposta que abre a navegação de cabotagem a navios de bandeira estrangeira. As duas propostas podem ser votadas pela comissão na próxima quarta-feira (dia 14).

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), garantiu aos senadores que recorrerá a todos os instrumentos permitidos pelo estado para fazer com que o Congresso funcione em plena liberdade e tenha assegurada a integridade de seu espaço físico.

Sarney informou que, para conter manifestantes que forçavam a entrada da Câmara dos Deputados, durante a votação da emenda que flexibiliza o monopólio do petróleo, pediu providências à Polícia Militar do Distrito Federal, alertando ainda ao governador Cristovam Buarque sobre sua responsabilidade na manutenção da ordem.

A propósito, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou a manifestação e cobrou das mesas das duas casas que os responsáveis pelos danos fossem processados criminalmente. Antonio Carlos disse que as lideranças do PT deveriam conter os abusos antidemocráticos cometidos pelos manifestantes. Por sua vez, o senador Eduardo Suplicy (SP), como líder do PT, rebateu a acusação de co-responsabilidade pela manifestação.

Ademir Andrade (PA), líder do PSB, disse estranhar a ênfase com que Antonio Carlos falava em democracia e em processar os manifestantes.

Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, Bernardo Cabral (AM), líder do PP e Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, lamentaram os incidentes nas dependências do Congresso.

■ Leia mais sobre a reforma na página 3

Em busca de subsídios para Código de Trânsito

Página 2

Centro-Oeste luta unido por desenvolvimento

Página 4

Senado ouvirá a sociedade sobre novo Código de Trânsito

Familiares de vítimas de acidentes, associações de pedestres e usuários de transportes coletivos poderão opinar em audiências públicas

A Comissão Especial do Senado que examina o projeto de novo Código de Trânsito brasileiro realiza no dia 19 de junho, em Belo Horizonte, a primeira das quatro audiências públicas programadas pelo órgão com o objetivo de recolher subsídios para aperfeiçoar a proposta.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), presidente da comissão, informou que também serão realizadas audiências em Porto Alegre (26 de junho) e Recife (7 de agosto), além do Fórum Nacional de Debates, no dia 17 de agosto, em Brasília, encerrando o ciclo de discussões em torno da matéria. Até essa data a comissão estará recebendo emendas ao projeto.

Francelino Pereira acredita que as audiências públicas permitirão que a comissão recolha importantes subsídios

dos setores governamentais e da sociedade diretamente interessados nas questões de trânsito. Deverão participar dos eventos, entre outras instituições, os Detrans, polícias militares, prefe-



Francelino Pereira

turas, universidades, associações de usuários de transportes coletivos, entidades dos familiares de vítimas do trânsito, associações de pedestres, sindicatos dos rodoviários e do transporte de carga e associações de engenheiros.

Loyola será sabatinado hoje

A mensagem presidencial submetendo à apreciação do Senado a indicação do economista Gustavo Loyola para a presidência do Banco Central será apreciada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A reunião da comissão, presidida pelo senador Gil-

berto Miranda (PMDB-AM), está marcada para as 10h, na sala 19 da ala Senador Alexandre Costa. Antes da votação em sessão secreta, Loyola será sabatinado pelos senadores em reunião aberta ao público. A indicação presidencial terá de ser votada ainda pelo plenário do Senado.

Calha Norte: Passarinho pode depor

O ex-senador Jarbas Passarinho (PA) poderá ser convidado para fazer uma exposição sobre o Projeto Calha Norte perante a Comissão Mista Especial que reestuda o programa. A proposta é da senadora Marina Silva (PT-AC), e foi anunciada durante os debates na Comissão Calha Norte.

Os membros da Comissão se reuniram ontem para ouvir os esclarecimentos prestados pelo embaixador Carlos Alberto Pessoa Pardellas e pelo coronel Rui Alves Catão, ambos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A relatora da comissão, Marluce Pinto (PMDB-RR), manifestou-se surpresa com a abrangência do Projeto Calha Norte. O embaixador Carlos Alberto Pardellas e o coronel Rui Catão afirmaram que "a região está abandonada", porque os recursos são insuficientes para manter na Amazônia a máquina governamental funcionando a pleno vapor.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Reunião da Comissão Diretora.

14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado.

17h - Recebe o governador do Estado de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: *Ofícios do Banco Central encaminhando solicitações dos governos da Paraíba, Mato Grosso e Bahia para emissão de Letras Financeiras do Tesouro dos respectivos estados.

COMISSÕES

9h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta, entre outras matérias: *Propostas de Emenda à Constituição 32 e 33/95, do Executivo, que dispõe sobre empresa nacional e abre a navegação de cabotagem a navios de bandeira estrangeira, respectivamente; *Emendas de Plenário oferecidas ao PLC nº 101/93 (tramita em conjunto com o PLC nº 45/91), que fixa diretrizes e bases da educação. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de tratados internacionais assinados pelo Brasil e indicação de embaixadores. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação da Mensagem nº 199/95, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome de Gustavo Jorge Laboissière Loyola para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Especial "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco"

Pauta: Painel sobre Comercialização da Produção. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação do parecer do senador Darcy Ribeiro sobre as emendas apresentadas em plenário ao PLC nº 101/93 - LDB. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

Suassuna pede maior rigor com as MPs

Apelando aos parlamentares para que o Congresso Nacional "volte a ter independência", o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) protestou contra o "descaso" com que têm sido tratadas as duas únicas medidas provisórias que conseguiram cumprir todo o rito exigido, desde a criação de uma comissão específica até a aprovação do relatório final.

Segundo o senador, essas MPs são a que regulamentam as mensalidades escolares e a que cria o Conselho Nacional da Educação, em substituição ao Conselho Federal de Educação. As MPs não conseguem espaço para serem levadas a plenário e votadas pelo Congresso Nacional, disse o senador.

José Alves repudia política de juros altos

As atuais taxas de juros são irracionais e desumanas, disse ontem o senador José Alves (PFL-SE). "Nunca houve na história do Brasil uma desproporção



José Alves

tão grande entre a inflação e as taxas de juros", constatou.

O parlamentar lembrou que, quando a inflação beirava os 40%, os juros atingiam cerca de 60%, ou seja, 50% acima dos níveis inflacionários.

- Com juros de até 14% e uma inflação de menos de 2%, chegamos ao absurdo de uma taxa de juros 7 vezes maior do que a inflação, isto é, 800% acima da inflação - indignou-se.

Segundo José Alves, não há racionalidade na usura promovida pelo Banco Central e é discutível que os juros contribuam para a estabilidade da moeda.

Emília Fernandes discorda de nova proposta para a LDB

De 70 documentos recebidos pela senadora, apenas dois são favoráveis ao novo substitutivo - um da TFP e outro de escola particular

As alterações introduzidas no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), durante sua tramitação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, foram criticadas pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS), que discordou da utilização de um novo substitutivo, em lugar do que havia sido aprovado na Comissão de Educação, e cuja



Emília

elaboração levou em conta a discussão com os setores interessados.

A senadora disse que vai entregar à presidência do Senado mais de 70 documentos recebidos em seu gabinete, enviados por associações representativas de pais, alunos e trabalhadores em educação de todo o país, protestando contra o abandono do substitutivo da Comissão de Educação, cujo relator foi o ex-

senador Cid Sabóia de Carvalho. Apenas dois - um, enviado pela Sociedade em Defesa da Tradição, Família e Propriedade, e outro, de universidade particular - são favoráveis ao novo substitutivo que tramita na CCJ.

Emília Fernandes disse que a preocupação em finalizar a tramitação da LDB, dando ao país uma legislação para a educação, não justifica que se abandone um processo de quatro anos de audiências públicas.

Quebra de monopólio estatal preocupa Suplicy e Benedita

O "rolo compressor montado pelo governo no Congresso" definirá a questão a favor da mudança constitucional, contrariando a maioria dos brasileiros. A previsão foi feita pelo líder do PT, senador Eduardo Suplicy (SP), pouco antes da votação da proposta pela Câmara dos Deputados, ao comentar a emenda que flexibiliza o monopólio da exploração de petróleo e seus derivados.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) elogiou o pronunciamento de Suplicy, destacando a eficiência da estatal e

a sua história de sucessos. Por sua vez, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que as estatais "já cumpriram seu papel".

Já a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse não ter dúvidas de que a quebra do monopólio do petróleo significa poder, riqueza e dinheiro. "É a galinha dos ovos de ouro", afirmou. Benedita lembrou que o petróleo é o maior setor de negócios no mundo e que a quebra do monopólio no Brasil significa desprezar todo o conhecimento técnico e científico desenvolvido pelos funcionários da Petrobrás.

Lauro Campos: emendas não trazem capital

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem que "mente quem afirma que as emendas constitucionais em votação no Congresso pretendem atrair o capital estrangeiro para investimentos" no Brasil.

Depois de historiar as fases em que o Brasil procurou atrair investidores estrangeiros, o senador disse que "nenhum fabricante irá produzir no Brasil alguma coisa que possa

competir com a produção de suas matrizes".

- O capital estrangeiro não virá para quebrar o círculo vicioso da pobreza. Nos anos 50, disseram a mesma coisa e a pobreza não diminuiu. O capital estrangeiro não trouxe suas tecnologias e nem aumentou os salários, como tanto foi apregoado - destacou.

Para ele, sempre se encontra uma desculpa para que os salários dos brasileiros não sejam elevados.

Tuma sai do PL e recebe solidariedade

O senador Romeu Tuma (SP) comunicou ontem à Casa seu desligamento do Partido Liberal (PL),



Tuma

acusando a direção da legenda de forjar "uma encenação" para forçá-lo a tomar tal atitude.

O pronunciamento de Tuma foi apoiado pelos líderes do PPR, PMDB, PSDB e PFL, que, além de manifestarem solidariedade ao senador, anunciaram o interesse de suas legendas em recebê-lo nos respectivos quadros partidários.

Tuma disse que o comportamento dos dirigentes do PL levou-o à seguinte convicção: "Não sou eu quem está deixando o PL, e, sim, o PL quem está me deixando".

Odacir contesta prioridade dada ao Sivam

O senador Odacir Soares (PFL-RO) contestou o grau de prioridade atribuído pelo governo à implantação do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), embora reconheça a seriedade e a importância do projeto.

Segundo o senador, a primeira urgência para a região é a captação de recursos direcionados a empreendimentos que atendam às necessidades da saúde, do saneamento básico, da produção de energia e alimentos ou "quaisquer outros capazes de responder com oferta de mais empregos para a sofrida população amazônica".

Nesse sentido, Odacir sugeriu que o governo desenhe programas de investimentos para a melhoria e modernização

da infra-estrutura humana e material dos serviços públicos, bem como de revitalização da economia e de promoção da melhoria de qualidade de vida da região, num projeto maior no qual o Sivam estivesse inserido, a exemplo do que vem sendo desenvolvido pelo projeto Calha Norte.

"Não sendo assim, o que se há de temer é que o Sivam disponha de meios para identificar, na floresta, as árvores que estão sendo derrubadas, mas faltem ao Ibama homens e meios de transporte rápidos que os façam chegar a tempo de conter a predação", advertiu.



Parlamentares e governadores participam da reunião do Centro-Oeste

CENTRO-OESTE

Programa de desenvolvimento une políticos

Pela primeira vez, as lideranças políticas do Centro-Oeste sentaram-se, debateram e se uniram em torno de um objetivo comum: explorar de maneira racional todo o potencial da região.

O fato foi destacado em plenário pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ao registrar o encontro ontem à tarde dos governadores e da banca federal dos estados que compõem a região Centro-Oeste, mais Rondônia, Acre e Tocantins. Eles entregaram ao presidente Fernando Henrique Cardoso um documento que será encaminhado a todos os ministros, para avaliação.

Dentre as sugestões propostas no documento, Carlos Bezerra apontou o deslocamento da migração interna da Região

Sudeste para a Centro-Oeste, como forma de aliviar os problemas sociais decorrentes do inchaço das grandes cidades e a conseqüente favelização das periferias.

ARRUDA

A região Centro-Oeste está preparada para o novo modelo de desenvolvimento, onde lideranças das regiões beneficiadas se reúnem e definem quais projetos devem ser executados, por serem importantes não apenas para um estado, mas para grandes regiões geoeconômicas.

O ponto de vista foi defendido em plenário pelo senador José Roberto Arruda (PP-DF), vice-líder do governo e um dos defensores do novo modelo de desenvolvimento.

Nabor apóia ligação ao Pacífico

No encontro da bancada de deputados e senadores com os governadores da Região Norte, em Porto Velho, no último fim de semana, o ministro dos Transportes, Odacir Klein, "fez uma promessa formal e otimista - o Brasil agora está empenhado em promover a ligação rodoviária com a costa do Pacífico, através da Amazônia". A informação foi transmitida ao plenário pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC).



Jonas Pinheiro

Jonas vê a produção de cacau em risco

Em apelo dirigido aos ministros da Agricultura e da Fazenda, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu socorro no sentido de se ativar a produção de cacau em Mato Grosso.

Sem uma política de revitalização, advertiu, cerca de 4 mil hectares de cacauzeiros híbridos, distribuídos por 400 unidades produtivas, poderão transformar-se em grandes propriedades destinadas à pecuária bovina.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade ■ **Editores:** Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Cêlio Azevedo e Márcia Kalume ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**